

**Aguardem!
Novo LV
na próxima
semana**

lançamento do LV 400, dia 6,
a partir das 18 horas, no Dom
Gambirino, na escadaria do
Rosário

**LINHA
VIVA**

**Nº 399
27/02/97**

**Amanhã, dia 28 de feve-
reiro, é o último prazo de
entrega de recurso do
Plano de Cargos e Salá-
rios da Celesc para
quem teve seu recurso
indeferido.**

EDITORIAL

TODO MUNDO METE A MÃO NA CELESC

Cada vez que um governador catarinense apronta um rombo no caixa do estado ou precisa de um "extra" para pagar dívidas de campanha, os cofres da Celesc são saqueados para tapar o buraco.

Esta semana, em meio ao tiroteio entre o PFL, PPB e PMDB catarinense envolvendo a CPI das Letras (veja matéria no meio), os jornais nacionais divulgaram aquilo que a Intercel denuncia há anos.

Esperidião Amin, que conforme denunciou esta semana à imprensa nacional, "sequestrou" 18 milhões de dólares da Celesc para pagar o funcionalismo, acusa Paulo Afonso de vender 100 milhões de dólares em ações da Celesc em debêntures, com deságio, para fazer caixa para pagar empreiteiras. O deságio das ações da Celesc, suspeita a CPI do Senado, era depois transformado em dólares e voltava para os bolsos de alguém em Santa Catarina. Da fortuna que o governo pagou ao Banco Votor - R\$

33 milhões - para comercializar as Letras, um cheque de R\$ 98,7 mil foi parar nas mãos de Fausto Solano Pereira, ex-gerente de Lázaro Brandão, dono do Bradesco, que é vice-presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros e dono da corretora "Boa Safra". Foi esta corretora que vendeu os 100 milhões de dólares em debêntures da Celesc. O banco Bradesco, escolhido para organizar a operação dos debêntures, ganhou por este trabalho 5,5 milhões de dólares a título de corretagem.

No mesmo clima, Paulo Afonso acusa Kleinubing de ter vendido 112 milhões de ações da Celesc para quitar uma dívida de 12,5 milhões de dólares com o banco Morgan. Estas ações valorizaram 50% quatro dias depois de terem sido vendidas e a operação foi apontada como ilegal pelo jurista Fábio Konder Comparato.

No total a Celesc tem R\$ 570 milhões em créditos provenientes de dívidas dos governos Amin e Kleinubing e mais de R\$ 100 milhões em ações na Invesc, usados pela administração Paulo Afonso.

FUNDAÇÕES

A CPI das Letras descobriu também que uma parte das operações dos títulos dos precatórios acabou nos fundos de pensão. Os fundos de pensão ficavam

com o "mico": compravam os títulos emitidos pelos estados para o pagamento de precatórios por um preço muito mais alto do que o título tinha sido vendido no dia anterior pelo governo do estado. Segundo o senador Romeu Tuma logo a CPI vai descobrir quem estava ganhando dinheiro em cima de prejuízo causado aos investidores dos fundos de pensão. Para Tuma, "é quase certo que os administradores de investimentos de terceiros ganhavam mais que os seus clientes, devido ao 'por fora' que estavam recebendo das corretoras para comprar papéis a preços mais altos do que haviam sido comprados de governos estaduais". Já foi descoberto que a Petros, por exemplo, comprou R\$ 30 milhões de títulos emitidos pelo governo de Santa Catarina.

CELESC CONTINUA NA MIRA

Surpreendentemente, toda vez que o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Prisco Paraíso, tem que depor em CPI sobre os escândalos das Letras, o jornal Gazeta Mercantil publica matérias sobre a venda da Celesc. A primeira foi no depoimento de Prisco Paraíso à CPI do Senado. Perguntado sobre o que faria se tivesse que anular a emissão de títulos dos precatórios, o secretário da Fazenda respondeu que venderia a Celesc para pagar a conta. A notícia só

foi dada pela Gazeta. Já no dia 25 de fevereiro, data do depoimento de Prisco Paraíso na CPI da Assembléia Legislativa, o jornal estampava uma matéria dizendo que o governador Paulo Afonso está "discretamente arrematando o texto final de um pedido para privatizar todas as empresas controladas pelo estado, entre elas a Celesc". Apesar do jornal dizer que a notícia foi passada por "uma fonte credenciada do governo catarinense", no parágrafo seguinte publica declarações do secretário Prisco Paraíso, atacando Kleinubing e se defendendo do escândalo das Letras.

Junta-se a tudo isto a suspeição da licitação do Viva Luz pelo TCE, devido a superfaturamento; a licitação para contratação de auditorias; o aumento descontrolado das gratificações de chefia (o famoso "cala boca"). Sem dúvida a Celesc vem sendo administrada temerariamente.

Por tudo isto a Intercel acredita que deva haver uma grande mobilização dos celesquianos pela moralização da empresa, à exemplo do que ocorreu com Nogert Weist e Raimundo Colombo.



Março é mês de imposto sindical

De acordo com o artigo 580 da CLT, que cria o Imposto Sindical, todo trabalhador deve contribuir, uma vez por ano com seu sindicato. Esta contribuição, na verdade, é dividida entre os sindicatos, que recebem 60%, as federações, 15%, as confederações que ficam com 5% e o Ministério do Trabalho, que recebe deste bolo, 20%. A contribuição é o desconto de um dia de trabalho e normalmente é feito no mês de março. Se o profissional liberal quiser contribuir para o sindicato diferenciado e não ter seu dia de trabalho descontado ele pode pagar uma guia no valor pré determinado pela CLT. Os Sindicatos dos Eletricitários de Santa Catarina são contra qualquer taxa de desconto imposta aos trabalhadores.

Eles defendem que a contribuição aos sindicatos deve ser fruto da decisão dos próprios trabalhadores em assembleia geral. "Herança da era Getúlio Vargas, esta contribuição permite que os sindicatos fantasmas sobrevivam do dinheiro da categoria através do desconto compulsório do Imposto Sindical mesmo que não lutem pelos direitos e conquistas dos trabalhadores", afirma um dos diretores do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, Glauco Marques. Por isso, há vários anos, os sindicatos dos eletricitários do estado desenvolvem aos funcionários da Celesc e da Eletrosul a parcela correspondente aos 60% da contribuição que lhe é repassada.

Assembléias definirão proposta de acordo coletivo de trabalho

O coletivo nacional dos eletricitários marcou para até dia 05 de março, próxima quarta-feira, o prazo para que todas as entidades de base realizem suas assembleias e assim avaliem e deliberem a contra proposta salarial da Eletrobrás. Em reunião realizada nesta semana no Rio de Janeiro, a empresa aceitou a inclusão de alguns pontos da proposta já apresentada na última edição do LV, entre eles o adiantamento semestral referente a participação dos resultados. Uma

comissão de representantes do coletivo nacional continua na capital carioca para obter da Eletrobrás mais avanços na proposta. A realização das assembleias e a participação maciça da categoria são as únicas formas de pressão para melhorar o projeto de acordo coletivo de trabalho. Por isso é essencial a participação de todos. As assembleias dos trabalhadores da Eletrosul serão divulgadas pelos sindicatos. Fique atento à data na sua cidade.

Um presente para Gazaniga



Esta cópia é de um cheque de R\$ 13,54, depositado para Amilcar Gazaniga por Riquelme de Pin, chefe da Agência dos Correios de Laurentino. O valor é correspondente aos 3,27% de aumento concedido por "Reconhecimento dos funcionários em manter a ECT como a mais eficiente do mundo e a mais confiável do Brasil. Em carta a Gazaniga, Riquelme diz que gostaria que fosse pago aos funcionários o que já foi ganho na Justiça e encerra desejando ao presidente dos Correios "bom proveito com os R\$ 13,54, pois a diferença que ele representa só me humilha".

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 6.100 exemplares. Conselho Editorial: Dinovado Gilioli, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Viviani Bleyer Remor, Antonio Valdir Vituri e Olga Leocádia Vieira. Editores: Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathias. Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (048) 224-9114 Telefax: (048) 224-9104. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

TCE comprova escândalo das Letras

Sandra Werle
Folha Sindical

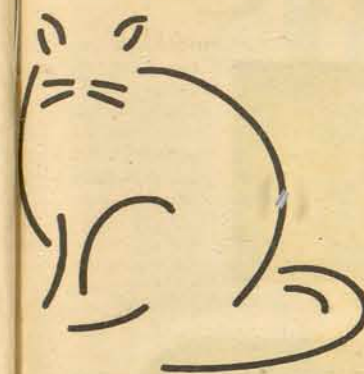
As suspeitas em torno da operação das Letras se confirmaram durante esta semana na CPI estadual que investiga o caso. A exemplo do que acontece na CPI do Senado as investigações acabaram esquentando a "sopa de letrinhas", e certamente muitos envolvidos vão acabar saindo queimados.

Depois que o secretário da Fazenda, Paulo Prisco Paraíso admitiu, na terça-feira, dia 25, que o destino dado aos recursos não foi exclusivamente o pagamento dos precatórios, mas desviados para outros fins; na quarta-feira foi a vez do presidente do Tribunal de Contas do Estado apresentar documentos que comprovam a falcatura.

Convidado para depor na CPI estadual, o presidente do TCE, Moacir Bértoli, leu um relatório que deixou claro, por

exemplo, que o governo do estado aumentou em mais de 22 vezes o valor possível de ser emitido em Letras. Está comprovada a primeira inconstitucionalidade do processo. Isto porque, de acordo com a Constituição Federal (artigo 33), os estados e municípios poderiam emitir Letras Financeiras com o objetivo exclusivo de pagamento de precatórios judiciais pendentes de pagamento até 05 de outubro de 1988, no valor exato do montante da dívida. Na documentação apresentada pelo TCE fica demonstrado que o montante devido naquela data pelo governo de Santa Catarina era de R\$ 2.627.038,16, ou seja, apenas 4,49% dos R\$ 585 milhões solicitados pelo Poder Executivo.

DISTRIBUIÇÃO



Autorizadas pelo Senado e finalmente emitidas as Letras, em outubro de 1996, o Besc vendeu 8.312.885,65 nos dias 1 e 29/10, para quatro instituições: banco vetor, Conta DTVM, Alor Corretora e Tibagi/TVM. No negócio o deságio encado pelo governo foi de R\$ 1,8 milhões. Além disso, o governo pagou ao banco Votor, a título de "Taxa de Sucesso", R\$ 1,3 milhões e teve ainda um custo de R\$ 3,9 mil de custas

referentes ao registro das Letras. Ou seja, da emissão até a primeira venda ficaram "perdidos" pelo caminho mais de R\$ 120 milhões.

Do valor exorbitante que coube a apenas uma instituição, o banco Votor - o lucro obtido por este banco chega a ser 1,3 vezes maior que o lucro líquido do Besc em todo ano de 1996 -, soma-se agora outro absurdo: o convênio que o Tesouro do Estado firmou com o Besc previa remuneração pelos serviços prestados em 0,25% pela colocação da Letras no mercado, 0,25 sobre o valor dos resgates quando do vencimento, e 0,06% sobre o saldo médio das operações de compra e venda dos títulos. Pelo levantamento do TCE, até 31 de dezembro/96, nenhum valor consta como tendo sido pago ao Besc.

DÍVIDA
"...houve significativa evolução na dívida pública do Estado, a partir da colocação

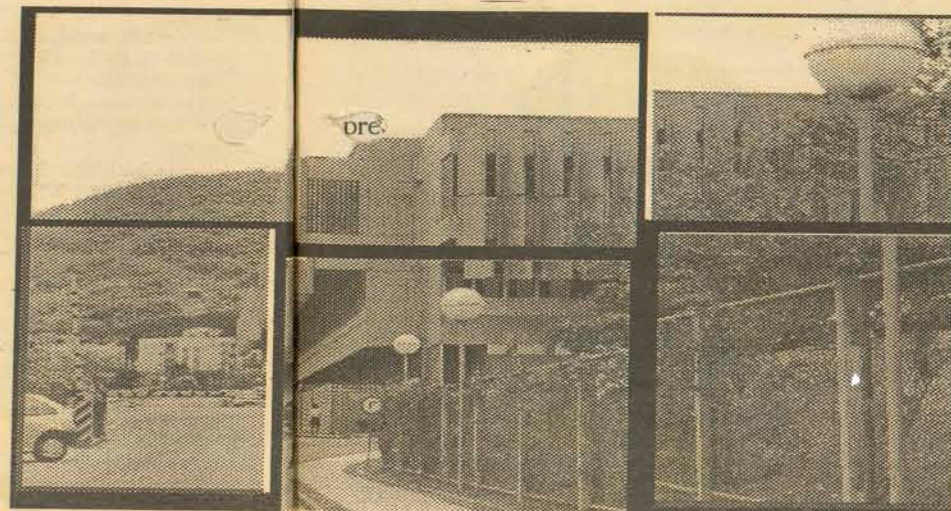
no mercado das Letras do tesouro em outubro de 1996". A constatação do relatório do TCE dá uma medida da gravidade da ação do governo estadual, que com o objetivo de fazer caixa a qualquer custo, provocou mais um "buraco" na Dívida Pública total de SC, de 14,66%. Analisado o total das dívidas decorrentes de letras Financeiras, houve um incremento de 43,38%.

Só para se ter idéia do volume, em 30 de setembro de 1996, a Dívida Pública era de R\$ 3,5 bilhões. Em 30 de dezembro do mesmo ano, chegou a R\$ 4,2 bilhões.

Com este relatório ficam comprovadas as irregularidades. Agora, cabe à CPI buscar os responsáveis, esclarecer quem realmente lucrava com a operação e punir a todos.

É indispensável resgatar a legalidade e a moralidade do governo de Santa Catarina. E o caminho para isso pode ser o impedimento dos atuais governantes.

Os Runos da Celesc



políticos.

A Celesc encontra-se hoje, graças a competência de seu quadro técnico e, porque não reconhecer a contribuição de diretorias que por ali passaram ou passaram, em situação privilegiada em relação às demais concessionárias do país. É a empresa distribuidora com maior índice de atendimento, atingindo 98% da população do estado; apesar de praticar hoje a menor tarifa do país, seu balanço acusa um lucro inédito na história da empresa, com a maior rentabilidade do setor. Do ponto de vista técnico estão sendo desenvolvidos pelo quadro da empresa programas de atualização tecnológica que após concluídos, colocam a Celesc entre as mais

avançadas do mundo. Os programas de investimento em geração em usinas rentáveis como Machadinho, Campos Novos e Dona Francisca, fortalecerão ainda mais a situação da Celesc, diante de um quadro desestabilizador do sistema elétrico brasileiro que vem sendo promovido pelo governo FHC.

E por isto e muito mais que a Celesc, juntamente com a Copel no Paraná e a Cemig em Minas Gerais, entre outras concessionárias de energia elétrica, está fora do programa de privatização, conforme vem declarando representantes do governo Paulo Afonso. Até porque a Celesc já teve sua dose de privatização. Apesar de manter o controle acionário, com 10,18% das ações ordinárias, o estado de Santa Catarina

detém hoje apenas 20% do capital social da empresa, em função do lançamento pela Invesc de debêntures que serão convertidas até o ano 2000 em ações ordinárias da Celesc, e também com o lançamento de ações preferenciais.

Os governos destes estados, ao rechaçar as chantagens do governo federal que prometeu ao FMI e Banco Mundial a privatização do setor, dão mostra de que desejam preservar a soberania e a autonomia política dos respectivos estados, além de dar a entender que não engolem uma interpretação pasteurizada de "globalização", que do alto de sua sapiência centenária, Barbosa Lima Sobrinho definiu como neocolonialismo. Por que afinal entregar para o governo

francês ou chileno, que são os países que vem adquirindo empresas do setor elétrico na América Latina, empresas públicas lucrativas?

Mas a preservação da Celesc destas passagens tempestades neoliberais é apenas um aspecto da questão. A transformação da maior estatal em uma autêntica empresa pública é o outro grande desafio para a criatividade da sociedade catarinense. É preciso superar a tradição de instrumentalizar a empresa para os interesses partidários; acabar com o clientelismo político; criar instrumentos de controle e fiscalização por parte da sociedade e fortalecer os já existentes como o Conselho de Administração, Conselho dos Consumidores e o ombudsman. É preciso que a Assembleia Legislativa tenha um papel mais protagônico na definição das diretrizes e fiscalização dos investimentos do Plano Plurianual. O contrato de gestão é outra possibilidade para transparência e controle da gestão. A Constituição do estado prevê mecanismos de democratização da gestão pública. Entre eles consta a participação de representantes dos empregados nos conselhos de Administração. Portanto nós, empregados da Celesc, somos um dos atores legítimos do necessário debate sobre os rumos da empresa, e fazemos isto como a consciência cívica que o interesse público exige.

TRIBUNA
Livre

É... deve ter doido!

Arno Cugnier
Diretor/Sinergia

Em matéria publicada no LV 386, intitulada "Gatos 'Comem' Faturamento", o jornalista Giancarlo proencha fez uma reportagem com o diretor de Distribuição da Celesc na época, mostrando como os "gatos" prejudicam a empresa. "Cerca de 7% do faturamento da Celesc vai para o ralo, seja através de 'gatos' residenciais, rurais, comerciais e também os industriais". A matéria cita como exemplo o "gato" encontrado na residência do próprio presidente da empresa Paulo Tatim, que adquiriu a casa com o "gato" incluído.

A matéria explica como a Celesc age nestes casos, salientando a fiscalização da empresa e diz que este deve ser um trabalho mais acentuado.

No jornal da Celesc, nº 35, em "Carta aos Celesquianos", Paulo Tatim também deixa claro que realmente havia um "gato" na sua casa e o que fez para remove-lo. Só que, ofendido, soltou sua verva contra sindicalistas, tentando desviar a atenção para discussões que não soube ter na negociação coletiva de 96 (quando preferiu dar uma de corretor de ações, vendendo-as barato).

Paulo Tatim entrou com uma ação judicial contra mim, João Paulo de Souza e o jornalista que fez a matéria, requerendo notificação judicial para explicações. Vejam só! Nós dissemos que foi descoberto um "gato" na residência dele. Ele disse a mesma coisa e quer explicações!!? Penso que a Justiça tem mais o que fazer.

Na exposição feita na ação judicial é dito que a matéria "traz nas suas entrelinhas alusões de modo especial e extemporâneas..." relendo a matéria não consegui, nem com lupa, achar alguma entrelinha. Mais à frente diz que "o movimento encetado, destina-se, sem sombra de dúvidas, a desestabilizá-lo politicamente..." e mais "todo jogo de encenação feito pelos notificandos (nós), querendo denegrir a imagem do notificante (Tatim), com críticas pálidas e despidas de qualquer fundamento, creditada-se aos ora notificandos, pseudo-intelectuais de miolo mole, portadores de atitudes mefistofélicas que querem invadir a área do espetáculo". Apelação e exagero baseado na cólica que senti. No final requer que provemos o que afirmamos! Penso que ele próprio já o fez.

O que Paulo Tatim não fez foi explicar à população sobre como apareceu e como tirou seu "gato". Prefere esconder-se atrás de empreiteiras que efetuam cortes nos pequenos consumidores e também efetuam negociações com grandes inadimplentes. Deve também explicar como está aplicando o dinheiro da venda das ações e porque não cumpre decisão do TCE que anulou a licitação do Viva Luz, por considerá-la ilegal e muito cara, além da venda e remuneração das debêntures. Quem tem vergonha na cara explica, esclarece.

Moderno para sempre



A atriz Sarah Bernhardt, aos 20 anos, no auge d a sua sedução

Na verdade seu nome não era Nadar. Era Gaspard-Félix Tournachon. Mas ele preferiu algo leve, mais ressonante e escolheu Nadar. Com este nome acumulou, conta a lenda mais de 5 mil amigos, entre eles Charles Baudelaire que escreveu, "Nadar é a mais surpreendente expressão de vitalidade".

A fotografia não foi seu primeiro nem seu último amor. Ela surgiu no meio de outros interesses como a literatura, a caricatura, a crítica de arte moderna, a política, o teatro e tudo o que estivesse ligado à boêmia vida parisiense na metade do século passado. A fotografia foi apenas um meio conveniente pelo qual este homem sempre afundado em dívidas encontrou para se libertar. Pelo seu estúdio comercial de retratos fotográficos passou toda elite financeira e social da Europa. Mas não foram seus trabalhos para os ricos, poderosos e vaidosos que lhe deu lugar na vanguarda da fotografia moderna. Seu gênio apareceu no seu trabalho não comercial, especialmente nos retratos de

seus grandes amigos - Sarah Bernhardt, Alexandre Dumas, George Sand e, é claro, Baudelaire.

Mas, não fosse seu irmão mais novo, Adrien, o estúdio teria ido à falência. Os registros não mostram claramente quais fotos daquela época são apenas de Nadar e quais foram feitas com colaboradores. Mas está claro que o grande talento por trás de todas elas era daquele que foi admirado na época por fazer "retratos à la Rembrandt". Logo porém Nadar se viu com uma esposa, filho e responsabilidades financeiras para com o amplo guarda-roupa de sua mulher. Quando o sucesso comercial da sociedade se dissolveu, ele processou o irmão para ter direito ao nome "Nadar". Félix venceu e construiu um novo e suntuoso estúdio na zona mais chique de Paris.

Infelizmente, ele se sentia cada vez mais aborrecido e frequentemente delegava o trabalho de retratar aos seus assistentes enquanto saía para fotografar lugares e temas pitorescos da cidade. Apaixonado por voar

Nadar inventou seu nome, mas suas fotografias falam a verdade. Conheça um pouco mais o grande fotógrafo do século passado, considerado o pai da fotografia moderna e que foi "redescoberto" ano passado na Europa e Estados Unidos, através de várias retrospectivas levadas a cabo por museus franceses e pelo museu metropolitano de Nova Iorque.

ele ajudou a construir o maior balão da sua época e tirou algumas das primeiras fotos aéreas de Paris. Por volta de 1860, o melhor do seu trabalho já havia sido feito. Seu filho, Paul, assumiu como diretor artístico do estúdio e o manteve funcionando até a sua própria morte em 1939.

As fotos de nadar que ficaram e confirmadamente de sua autoria foram tiradas numa atmosfera de sereno conforto. Estas imagens francas e relaxadas, feitas quase sempre contra um fundo liso, não tem precedente. Elas dignificam tudo o que é retratado.

A fotografia é um meio que lida com o que passou, mas nas mãos de um mestre pode ser eternamente presente. É o que Nadar fez com Sarah Bernhardt, uma beleza pensativa como Winona Ryder no filme "Little Women". Ou com o mimoso pierrot, capturado num estado de "surpresa" como se tivesse descoberto uma multa no seu carro por ter estacionado em local proibido.



Paul, filho de Nadar sendo amamentado



O mímico Charles Debureau, cujo pai introduziu o personagem Pierrot na França



Como todo mundo conhecia Marie Lurent, Nadar fotografou a famosa diva de costas



A mão de um banqueiro, numa experiência com luz artificial



Auto-retrato